

ISSN 0101 708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO de Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

*Edição Especial
20 Anos*

VOL. 21 - N.º 1 - JAN./ JUL. 2001

MODERNIDADE – A CIDADE TEM SEU LUGAR

Maria Diva Araujo Coelho Vaz¹

INTRODUZINDO A DISCUSSÃO

Marshall Berman, ao discutir a modernidade, assinala que são várias as fontes que, há mais de quinhentos anos, a alimentam. Elas vão, segundo ele, desde "as grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele", passando pela industrialização da produção, pela destruição e construção de novos ambientes humanos, pelos conflitos de classe e movimentos de massa, pela movimentação intensa da população, pela expressiva urbanização do mundo, pela massificação das comunicações "que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades", chegando, por fim, a "um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão" (1987, p.16).

Todas essas fontes desencadeiam transformações tão significativas na vida do homem moderno que ele se vê em um mundo de promessas que podem levá-lo à libertação e/ou à escravidão, à criação e/ou à destruição, à aventura e/ou à desventura. É a essa experiência (de tempo e espaço) que Berman denomina modernidade.

Ser moderno, então, esclarece ele, é

...encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (...) ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, "tudo o que é sólido desmancha no ar" (Idem, p.15)

O "turbilhão" de mudanças levou Marx a essa conclusão e Baudelaire ao registro de que a modernidade seria "o transitório, o fugidio, o contingente". (Harvey, 1992, p. 21)

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia – UFG

Professora do Departamento de Artes e Arquitetura da UCG. E-mail: diva@persogo.com.br
jdp@persogo.com.br

Esse sentido mutante leva à identificação de características marcantes da modernidade, "o caráter de ruptura e a imposição do novo". (Gomes, 1996)

A transitoriedade, a efemeridade passa a ser um obstáculo à continuidade histórica. Mas não apenas isso. Existe uma íntima ligação entre o moderno e o novo. Para que o novo imponha-se é necessário questionar o antigo, a tradição e o meio encontrado para a sua legitimação é a ruptura, a fragmentação.

Mas no meio desse "turbilhão", desse conflito permanente entre velho e novo, de certezas que se dissolvem, onde buscar coerência?

As respostas, tanto filosóficas quanto práticas, foram dadas pelo pensamento iluminista. Suas idéias acerca da razão, do progresso, da ruptura com a tradição, com a história, da emancipação humana, através do conhecimento, foram os seus pilares.

Este pensamento, no entanto, não frutificou sem restrições. As experiências vividas, materiais e imateriais, desencadearam reações diversas. Marx, por exemplo, constatou os resultados positivos da racionalidade e o "lado progressista da história burguesa" que viabilizava a "criação de enormes forças produtivas" possibilitando a superação da necessidade e a libertação do homem, mas acentuou a contradição existente no interior do desenvolvimento capitalista evidenciando o seu caráter classista e repressivo; Weber denunciou que apesar dos vínculos, preconizados pelos iluministas, entre ciência, racionalidade e liberdade humana, o seu legado foi o triunfo da racionalidade instrumental e burocrática que passou a permear todos os planos da vida social e cultural; e mais próximos de nós estão muitos dos mais expressivos representantes do pós-modernismo que defendem o total abandono da razão universal como forma de atingir-se a emancipação. (Harvey, *op cit.*, p. 23-25)

Os embates acerca da razão são permanentes no interior da modernidade e, paradoxalmente, evidenciam as reconstituições das formas de teorização social, de respostas estéticas e culturais sintonizadas com a natureza "mutante" da modernidade capitalista.

Para Soja, no interior da modernidade, desenvolve-se uma "dialética conflitiva" entre modernização socioeconômica e modernismo cultural e político.

Ele esclarece que modernização, do seu ponto de vista,

...é um processo contínuo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço-tempo-ser em suas formas concretas, uma mudança da natureza e da experiência da modernidade que decorre, primordialmente, da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção. (1997, p. 37)

e finaliza afirmando que essa dinâmica há quatrocentos anos tem sido capitalista.

Já o modernismo – e de acordo com Harvey, o pós-modernismo – é a "resposta cultural, ideológica, reflexiva" (Soja, inclui também a teoria) à modernização. (Idem, p. 39)

Acrescentar aqui o pós-modernismo implica reconhecer que ele, na realidade, corresponde a um outro momento da modernidade. Ele não se constituiria, portanto, em formas culturais relacionadas ao surgimento de uma sociedade pós-capitalista ou pós-industrial e sim a um momento de reestruturação do capitalismo que tem sido denominado de regime de "acumulação flexível do capital" ou "pós-fordista".

As teorias, as respostas culturais (na arte, na ciência, na filosofia, na prática política etc) buscam dar sentido ao mundo material e às suas transformações, além de tentar garantir o controle de "sua direção futura".

A cidade concretiza/materializa tudo isso. Ela é produto e meio da modernização, do modernismo e do pós-modernismo. Entendê-los ajuda a compreendê-la melhor, mais aprofundadamente.

Mas como nos aproximarmos dela? Como, por exemplo, enfrentar a discussão da cidade no contexto da acumulação flexível (em que o espaço parece "encolher") ou enquanto manifestação da modernidade ou, ainda, pensando na relação dos indivíduos na cidade?

Acredito que isto possa se viabilizar através de reflexões acerca do lugar, mas o lugar tomado como a existência espacial concreta da existência social, e, ao mesmo tempo, a manifestação do global e do local.

É a isso que este texto propõe-se – discutir a cidade e o lugar como expressão da / na modernidade.

A CIDADE NA CABEÇA

A partir do senso comum esta expressão pode significar que a cidade

desponta-se, sobressai. E um dos sentidos pretendidos é esse – a cidade como eixo privilegiado de discussão. O outro, diz respeito ao pensamento ou o modo de pensar, o discurso desenvolvido pelo modernismo e pelo pós-modernismo sobre a cidade.

Forjados no contexto material do capitalismo e na dinâmica das transformações decorrentes dos processos sociais que agem neles, especialmente as mudanças na experiência do espaço e do tempo, o modernismo e o pós-modernismo apresentam maneiras diferentes de imaginar, pensar, planejar a cidade.

Como vimos, a modernidade está caracteristicamente associada ao transitório, ao contingente e à mudanças tão avassaladoras que a idéia que melhor traduz a sensação vivenciada é a de um turbilhão.

O modernismo, como estética cultural, internalizou o turbilhão de mudanças e as contradições a elas inerentes e, fascinado "pela técnica, pela velocidade e pelo movimento, pela máquina e pelo sistema fabril e pela cadeia de novas mercadorias que penetravam a vida cotidiana", desenvolveu respostas reativas de afirmação, negação, ou mesmo, de imitação. Inspirou-se nos objetos industriais, elaborou metáforas, especulou com possibilidades utópicas – neste caso, como recusa ao mundo real. (Harvey, *op. cit.*, p. 32)

Complexifica, ainda, o modernismo o embate que existiu no seu interior entre as atitudes que preconizavam o universalismo e aquelas que defendiam o etnocentrismo, com forte sentido de lugar (com ressonância inclusive no urbanismo), donde se conclui que não se pode entender o modernismo sem considerar este caráter de diversidade que ele apresenta.

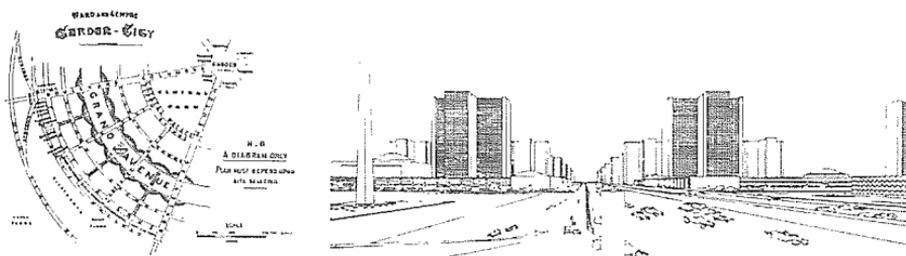
Sem medo de cometer equívocos, é possível estabelecer um vínculo estreito entre o modernismo e a cidade. O seu *locus* é o urbano.

Os modernistas do final do século XIX deparam-se e são instigados por fenômenos decorrentes do "... crescimento urbano explosivo (...), da industrialização (...), da reorganização maciça dos ambientes construídos e de movimentos urbanos de base política (...)" assim como por questões relativas ao enfrentamento dos "problemas psicológicos, sociológicos, técnicos, organizacionais e políticos" resultantes da urbanização. (Idem, p. 34)

Diante desta nova realidade suas reflexões e proposições são bastante diversificadas e ocorrem em tempos e ambientes culturais diferentes, mas, também aqui, elas podem ser identificadas em suas atitudes diante deste novo momento histórico-social – a negação dá origem à formulações que preconizam a delimitação populacional, a pequena escala e a busca da

individualidade e da identidade dos espaços da cidade, e estão congregadas sob a denominação de culturalismo; a aceitação dos tempos modernos, identificados com progresso e superação de contradições está na base do progressismo e suas formulações racionais, sua busca da universalidade, da eficiência e dos espaços indiferenciados.

Fig. 1. O urbanismo culturalista e progressista. 1.1. Diagrama básico da cidade-jardim. 1.2. A cidade contemporânea de Le Corbusier.



Fonte: 1.1. Kohlsdorf, 1985, p. 30. 1.2. Lamas, 1992, p. 353.

Para Lamas (1992), existe um período, compreendido entre as duas guerras mundiais, em que as formulações teóricas e experimentações do progressismo ganham visibilidade e adesão. Comentando sobre ele, Lamas afirma que:

É nossa etapa que se formulam todas as experiências de destruição e abandono do quarteirão, da rua e até da própria praça; que em seu lugar se propõe as tipologias da torre, da banda e do bloco; que a cidade deixa de se organizar como mistura funcional para se dividir em zoneamentos rígidos; e em que se dá a quebra de integração recíproca dos vários elementos morfológicos que constituem à estrutura urbana. (Lamas, *op. cit.*, p. 298)

Os fenômenos e problemas urbanos relativos ao processo de transformação da economia política do capitalismo adquiriram um caráter de particularidade com o advento das duas grandes guerras, quando, então, passou a ser necessário tratar as questões relativas ao bem-estar social e à reconstrução e renovação de cidades devastadas (para ficar apenas no âmbito dos problemas urbanos). O caminho definido foi a produção em massa e o planejamento como instrumento de viabilização das políticas de reestruturação do espaço da cidade.

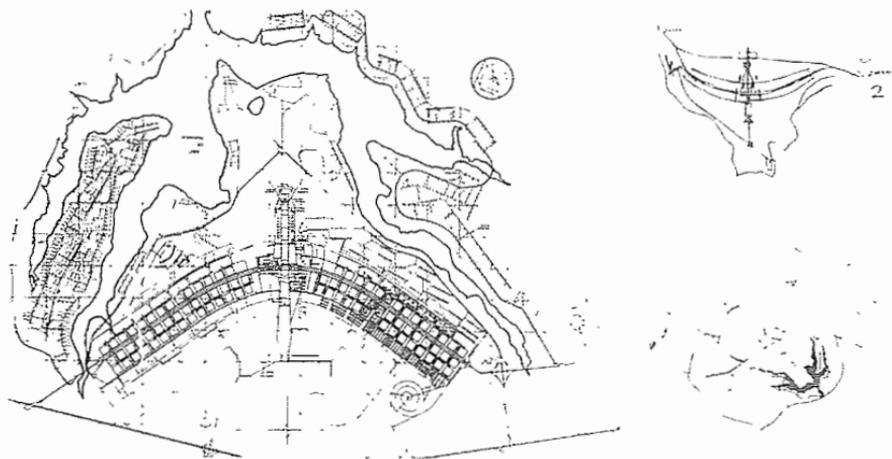
Se em um primeiro momento as ações de intervenção respaldavam-se em uma perspectiva social de liberdade e emancipação humana, depois

da 2.^a Guerra Mundial, o modernismo "universal" se impôs e passou a ter uma convivência mais confortável com os centros de poder político e econômico. Em ambos, prevaleceu a ordem racional mas no segundo momento ela se viu associada ao positivismo e ao tecnocentrismo. Segundo observa Harvey, as soluções, em que pese a possibilidade de encontrar justificativa na necessidade de respostas aos dilemas de reorganização político-econômica no pós-guerra, são expressões

...do poder e da racionalidade burocráticos corporativos, sob o disfarce de um retorno ao culto superficial da máquina eficiente como mito capaz de encarnar todas as aspirações humanas. Na arquitetura e no planejamento, isso significava desprezar o ornamento e a personalização (...). Significava ainda uma enorme paixão pelos espaços e perspectivas maciços, pela uniformidade e pelo poder da linha reta. (Idem, p. 43)

Ao CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) de 1933, coube a sistematização das idéias da época, especialmente sobre o planejamento e o projeto da "cidade moderna". Divulgadas através da Carta de Atenas ("Carta de Planificação da Cidade") elas passaram a nortear a prática arquitetônica nas décadas subseqüentes.

Fig. 2. Brasília – expressão do urbanismo modernista.



Fonte: Lamas, 1992, p. 377.

Montaner (1995, p. 28) considera que houve uma perfeita adequação entre o modelo do urbanismo racionalista e o modelo de cidade capitalista. Os seus resultados

facilitan el control, la fragmentación, la segregación, la producción en serie y la prefabricación. En definitiva, permiten que la producción de la ciudad entre dentro de los objetivos y métodos de la empresa capitalista. La idea de zonificación impulsada por el Movimiento Moderno tenía una lógica intrínseca: se explota y controla mejor cada área de la ciudad si ésta está formada por zonas monofuncionales.

Várias foram as experiências realizadas com base neste quadro referencial e ainda hoje é possível identificá-lo em projetos e planos urbanos elaborados em várias partes do mundo, incluindo o Brasil.

Em vários países europeus, resguardando as suas especificidades, de uma maneira geral associou-se o planejamento e seu instrumental técnico-jurídico (municipal e nacional) à construção de novas cidades ou à "expansão ou renovação de alta densidade" – a racionalidade fez-se presente nos padrões espaciais, nos sistemas de comunicação, no sistema de construção industrializado de habitações, escolas, hospitais etc., orientada pelo objetivo de "...promover a igualdade (ao menos de oportunidades), o bem-estar (e aqui a presença forte do Estado é imprescindível) e o crescimento econômico". (Harvey, *op. cit.*, p. 71). Ressalva-se que em apenas alguns casos, esparsos, o culturalismo orientou a concepção ou intervenções urbanísticas.

Nos Estados Unidos, a suburbanização acentuada e, conseqüentemente, a migração de empregos e habitantes para estas novas áreas levou à deterioração dos centros das cidades. Surgiram, então, neste momento as políticas de redensolvimento pautadas na idéia de renovação urbana¹ (e seu princípio de "destruição criativa"). Intervenem-se no ambiente construído com propósitos racionalizadores – abrem-se avenidas, constroem-se pontes e auto-estradas ligando os espaços (é importante lembrar que a solução adotada nos Estados Unidos foi a do transporte individualizado); constroem-se edifícios, mobiliários urbanos, em massa, através de sistemas industrializados.

Não se pode desconsiderar, no entanto, que apesar da identificação desta vertente no modernismo como "braço expressivo de um aparelho estatal burocrático intervencionista" aliada do capital corporativo, muitas das radicais transformações ocorridas nas cidades capitalistas não pode ser a ela atribuída.

Para começar, as terras especulativas e o desenvolvimento de propriedades (obter aluguel pela terra e construir com lucro, rapidamente e com baixos custos) eram

forças dominantes numa indústria do desenvolvimento e da construção que era um dos principais setores de acumulação do capital. (Idem, p. 73)

Não se pode, também, perder de vista que a modernização capitalista produz o que Relph (1990) denomina de "paisagem vulgar". Nas áreas residenciais, o padrão habitacional é o de unidades unifamiliares e blocos de apartamentos uniformes dispostos em arranjos bastante geometrizados, monótonos, tecnicamente discutíveis, mas muito lucrativos; nas áreas de gestão prevalecem os edifícios de escritórios em altura – os arranha céus; e, nas áreas comerciais, a partir da ampliação da oferta de bens de consumo e da própria moda do consumo, predominam os edifícios "descartáveis", os letreiros e os painéis de publicidade. Articulam-nas as vias, hierarquizadas, concebidas para o automóvel.

Sem dúvida, esta é a paisagem mais comumente produzida pela sociedade moderna e progressista.

UM PARÊNTESE

Pontuam, ao longo deste texto, afirmações que procuram trazer à superfície as relações entre o pensamento, a prática, as sensibilidades e o contexto material. Mas isso me pareceu insuficiente para entender como e por que as respostas estéticas e culturais apresentam-se como tal, e qual a sua participação no processo de produção e configuração das cidades.

Daí a necessidade de interromper o fio "narrativo" deste texto, que na seqüência trabalharia com o pós-modernismo, abrindo um parêntese, um tanto longo, é verdade, para uma maior aproximação do processo de modernização da organização capitalista.

Aqui serão evidenciados dois períodos da economia política capitalista – o fordismo – Keynesiano e o regime de acumulação flexível² (Harvey) ou pós-fordismo (Soja, Goutdiener). Ressalvando-se o risco de simplificação que traz esse tipo de relação, que não pode e não deve ser assim tão imediata, o primeiro período pode ser identificado com o modernismo e o segundo com o pós-modernismo.

Quais seriam, então, suas características básicas? Que tipo de mudanças elas imprimiram e imprimem na sociedade?

Goutdiener (1990, p. 67) esclarece que o fordismo nos "países de

industrialização originária" é marcado, em um primeiro momento, no entre-guerras, pelo estreito vínculos entre produção em massa na indústria e consumo de mercadorias, em massa, pelos trabalhadores; que sua base de crescimento estava calcada "nos circuitos internos, não nos internacionais, do capital"; e que dependia de adaptações políticas e culturais substanciadas em um modo de regulamentação que "garantia o ajuste organizado (...) entre os fatores de crescimento capitalista, as mudanças na produtividade do trabalho e o nível de consumo."

Para Harvey, o fordismo na realidade absorveu inovações tecnológicas e organizacionais implementadas em épocas anteriores. A novidade que pode ser atribuída a ele diz respeito ao

...reconhecimento (...) de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (Harvey, *op. cit.*, p. 122)

Nesse sistema de produção preponderou uma completa rotinização e um rígido controle do trabalho.

O equilíbrio, mesmo que tenso, era garantido pelos papéis desempenhados pelo poder corporativo e o Estado. A este último cabia a definição de política de investimentos públicos (transporte, equipamentos públicos) essenciais ao crescimento da produção e consumo e a garantia do bem-estar social e o controle do trabalho.

Ao poder corporativo estava destinada a busca constante da inovação tecnológica, o aprimoramento da administração e do *marketing* e, sobretudo, a garantia de uma economia de escala baseada na padronização dos produtos.

É interessante observar que quando se fala em produção em massa, fala-se necessariamente em padronização do produto e consumo em massa. Estabelece-se, então, uma das pontes possíveis com o modernismo – lança-se mão de uma nova estética e da "mercadificação" da cultura, baseada especialmente na racionalidade, eficiência, universalidade.

Na economia, a questão internacional era basilar, tanto no que diz respeito à compensação da defasagem das produções nacionais diante da elevação do padrão de vida e, conseqüentemente, do consumo interno, quanto da penetração do capitalismo industrial nos países não desenvolvidos. Daí a criação de mercados de massa globais e a conseqüente incorporação

da população mundial (fora o mundo comunista) na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo. Por outro lado, isto possibilitou o acesso a matérias-primas, fortaleceu ou criou novas atividades e garantiu o florescimento de uma nova cultura internacional.

Esse processo de modernização que anunciava o desenvolvimento e a emancipação das necessidades viabilizou na prática o "esgarçamento" cultural, a opressão, a exclusão e o desenvolvimento de formas de domínio capitalista. Os ganhos no padrão de vida e de serviços públicos foram poucos e a reação de descontentamento produziu fortes tensões manifestadas através de movimentos sociais dos excluídos.

Apesar disso, a expansão ampliada do capital manteve-se até advir a crise do início da década de 70, com sua face mais explícita no choque do petróleo.

Esta crise colocou em movimento um conjunto de processos que desembocaram na reestruturação econômica e no reajustamento social e político, a que alguns autores têm denominado pós-fordismo e outros acumulação flexível. Gottdiener (*op. cit.*, p. 69) apoiando-se em Haesler & Hirsch aponta algumas das principais características deste novo momento: uma nova divisão do trabalho com acentuada divisão entre trabalhadores qualificados e não-qualificados, originada em nova base tecnológica; a industrialização dos serviços; a "...penetração de relações capitalistas em todos os setores da sociedade, incluindo a agricultura e as economias tradicionais"; o rompimento da correspondência entre "remuneração dos trabalhadores e aumento de produtividade" e alteração das relações entre trabalhadores e capitalistas e do papel do Estado na regulamentação; e "pluralização de estilos de vida" diante das mudanças ocorridas na força de trabalho.

Este mesmo autor, agora com base em Roobeek, assinala a flexibilização como um dos aspectos mais significativos do pós-fordismo e é a flexibilização que alimenta as reflexões de Harvey sobre esta nova fase. Para ele, a cumulação flexível

...se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (*op. cit.*, p. 146)

Um aspecto relevante da relação entre o sistema de produção flexível, a inovação é a redução expressiva do tempo de giro, através da adoção de novas tecnologias (automoção, robotização) e de novas formas organizacionais (sistema de gerenciamento de estoque *just in time*), que se completa com a redução do tempo de giro no consumo. Aqui tem extrema relevância o investimento em modas fugazes e a preocupação com a indução de necessidades, celebrando-se a diferença, a efemeridade e o mercado.

A acumulação flexível permite que o capitalismo se organize de forma dispersa, com uma evidente mobilidade geográfica, mas mantendo o caráter centralizado que reafirma o poder corporativo, necessário para análise de informações e tomada de decisões rápidas em um contexto de incertezas constantes e extremamente competitivo.

Mas isso ocorre calcado em dois aspectos muito relevantes: a transformação da informação em mercadoria e a reorganização do sistema financeiro global.

O primeiro está relacionado ao acesso e domínio da informação (conhecimentos científicos, técnicos, políticas públicas etc.) bem como ao controle do seu fluxo e dos veículos de propagação do gosto, necessários para garantir uma maior competitividade e lucratividade. E o segundo, à configuração de um sistema financeiro global integrado, na verdade um mercado mundial unificado de dinheiro e crédito, possibilitado pelas telecomunicações instantâneas.

Estas características, resultantes da reestruturação do capitalismo em escala global, levaram Ianni (1999, p. 93) a falar em desenraizamento que vem a ser o deslocamento de pessoas, coisas, idéias para além das fronteiras, tradições e identidade e em desterritorialização, uma decorrência do primeiro que significa o descompromisso com localizações nítidas; as "estruturas de poder (econômico, político, social e cultural) estão, segundo ele, descentradas, "presentes em muitos lugares (...) parecendo flutuar por sobre Estados e fronteiras (...)."

Esta idéia está relacionada ao fato de que vivenciamos um mundo muito diferente, muito mais complexo, onde as transformações estão cada vez mais aceleradas.

O resultado dessa aceleração é uma reestruturação profunda na experiência do espaço e do tempo em que, de acordo com Harvey, o espaço parece encolher e o tempo é do presente, da simultaneidade – é a idéia da compressão do tempo-espaço.

A flexibilização, característica deste momento de reorganização do capitalismo, acentua o novo, a efemeridade, o contingente e é também o terreno propício para o abandono de valores coletivos (movimentos sociais, por exemplo) presentes no período anterior, e para o florescimento de um individualismo competitivo, próprio a uma cultura empreendedimentista.

Hoje, o empreendedimentismo caracteriza não somente a ação dos negócios, mas domínios da vida tão diversos quanto a administração municipal, o aumento da produção do setor informal, a organização do mercado de trabalho, a área de pesquisa e desenvolvimento, tendo até chegado aos recantos mais distantes da vida acadêmica, literária e artística (Harvey, *op. cit.*, p. 161)

RETOMANDO O FIO

O pós-modernismo é considerado então a cultura da sociedade capitalista avançada, forjada pela acumulação flexível.

O pós-modernismo, assim como o modernismo, assume o turbilhão das mudanças, mas aceita a efemeridade, a descontinuidade, o caos, tacitamente, sem procurar transcendê-los.

A razão foi o meio encontrado pelo modernismo para alcançar essa transcendência. Mas o pós-modernismo recusa a racionalidade cartesiana, porque a identifica com rigidez, opressão e dominação. É dessa atitude que decorrem a pluralidade de pensamentos (resistência às metanarrativas), a alteridade (aceitação da diferença, da voz do outro) e, conseqüentemente, a fragmentação (em todos os sentidos), potencializadas com a disseminação das novas tecnologias da informação e comunicação.

Comunicação, aliás, que se complexifica, tornando possível separar e reunir o que se "diz" em outras combinações. Defende-se a colagem/montagem, que para o deconstrutivismo é a "modalidade primária do discurso".

Como o pós-modernismo nega a possibilidade de tratar o mundo como uma totalidade, ele não vê sentido na aspiração de um projeto global. Age-se pragmaticamente e em limites muito bem definidos localmente. As ações são pontuais.

O sujeito pós-moderno, portanto, não se insere em um projeto global, na busca de um futuro diferente; ele vive o presente, a aparência, o superficial, o instantâneo, o espetáculo.

O "descompromisso" com o passado, por um lado, e a rejeição à idéia de progresso, por outro, conduzem à dissolução do sentido da continuidade histórica. O resultado disso é a citação, a repetição de imagens do passado, a defesa do ecletismo, acrescido da perda de profundidade, bastante discutida por Jameson (1996).

Os instrumentos que possibilitam a "celebração das qualidades transitórias" são as novas tecnologias, a mídia, a multimídia. Além disso é através delas, especialmente a televisão e a publicidade, que se pode desenvolver uma discussão acerca da relação do pós-modernismo com a vida cotidiana. Elas reforçam a relação entre ambos, dando sustentação à cultura do consumo capitalista. Investe-se na moda efêmera, no gosto de massa.

Featherstone (1995, p. 122), ao discutir a cultura de consumo acentua a importância de Baudrillard e suas reflexões sobre a mercadoria – signo que desembocam na compreensão de que o consumo transcende a utilidade. Ele explica:

A publicidade e a exposição das mercadorias nos "mundos de sonhos" (...) das lojas de departamentos e dos centros urbanos exploram a lógica da mercadoria-signo para transpor significados anteriormente isolados e criar justaposições novas e incomuns que efetivamente renomeiam os bens. Os bens de consumo cotidianos e mundanos passam a ser associados a luxo, exotismo, beleza e fantasia, sendo cada vez mais difícil decifrar seu "uso" original ou funcional. Baudrillard (...) chamou a atenção para o papel-chave dos meios eletrônicos de comunicação de massa na sociedade capitalista tardia. A televisão produz um excesso de imagens e informação que ameaça nosso sentido de realidade. O triunfo da cultura da representação resulta num mundo simulacional (...) Para Baudrillard, a cultura de consumo é efetivamente uma cultura pós-moderna, uma cultura sem profundidade, na qual todos os valores foram transavaliados, e a arte triunfou sobre a realidade.

Já se afirmou que o "habitat natural" do modernismo é a cidade. Ela também o é do pós-modernismo.

Mas essa cidade é diferente. Em quê?

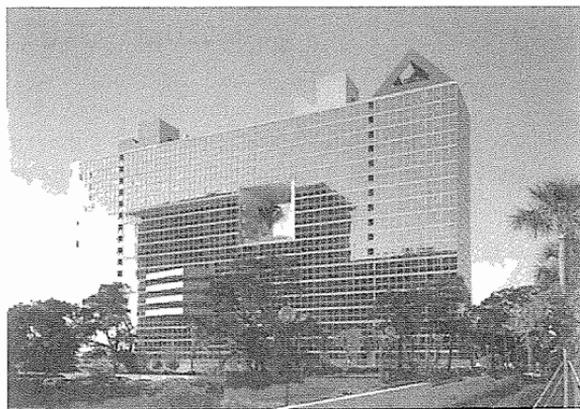
O seu ritmo é frenético, o homem circula nela mais do que anonimamente, muitas vezes virtualmente. Ela é marcada por signos e imagens e transforma ela própria em imagem. Ela é para Jonathan Raban, citado por Harvey, "...uma "enciclopédia" ou "empório de estilos" em que

todo sentido de hierarquia e até de homogeneidade de valores está em vias de dissolução”.

A cidade modernista, econômica, funcional, com seus arranha-céus geométricos, prismáticos, puros, "desculturados" porque com pretensões de universalidade, cede lugar à cidade do "empório de estilos", voltada à cultura, ao vernáculo, mas, paradoxalmente, "descontextualizada" porque suas referências não são necessariamente locais.

A concepção do edifício, ao contrário do modernista que faz apologia ao contraste entre a paisagem natural e a paisagem construída preconiza a inserção, o respeito à tipologia, à morfologia. Mas, não fugindo à regra, pode, simultaneamente, desconsiderar, ou mesmo repudiar, o tecido urbano, aspirando ser um "espaço total, um mundo completo, uma cidade em miniatura", conforme a leitura de Jameson (1996, p. 68) sobre o Hotel Bonaventure, de John Portman, localizado em Los Angeles. Ele avança, ainda mais sobre esta desassociação, ao mencionar o revestimento espelhado do edifício que "repele a cidade lá fora", impedindo a permeabilidade e evidenciando um poder sobre o entorno e sobre as pessoas (uma característica do modernismo exacerbada pelo pós-modernismo).

Fig. 3. O ambiente construído pós-modernista. 3.1. Praça de Itália de Charles Moore, Nova Orleans, 1974 / 1978. 3.2. Edifício de apartamentos The Atlantis, Miami, 1979 / 1982.

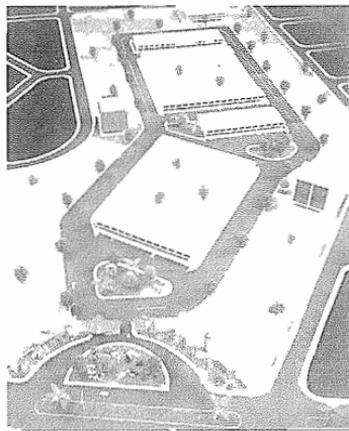
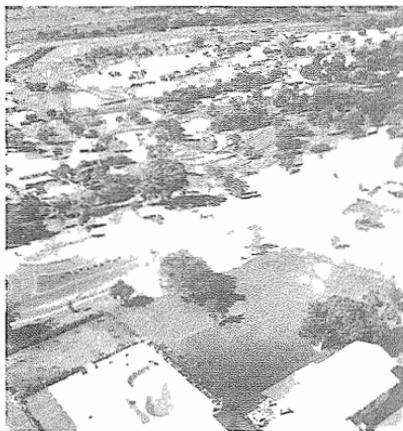


Fonte: Gössel e Leuthauser, [1996 ?], p. 270 e 345.

Se ela é marcada por signos e imagens, nada mais adequado do que as fachadas multicoloridas, as luzes, o néon e a elegia a Las Vegas³.

As cidades reconfiguram-se em tempo mais acelerado, algumas verticalizam-se, a maioria espraia-se em periferias: seu traço é o policentrismo, mas as tendências à recentralização são evidentes. A modernização produz transformações na infra-estruturação e comunicação e novas espacialidades: condomínios fechados, cidades empresariais, *shopping centers*, hipermercados...

Fig. 4. Novas espacialidades. 4.1. Condomínio fechado Aldeia do Vale, Tropical Imóveis. 4.2. Cidade Empersarial, FGR Construtora S.A. - " Um *Business Park* cercado de lojas, prestadores de serviços, área de lazer e tudo mais que acompanha as tendências dos principais pólos empresariais do mundo."



Fonte: *Folders* publicitários.

A cidade é fragmentada e isso é aceito e defendido: o seu conceito é o de uma cidade-mosaico, de formas superpostas, uma colagem. A intervenção também é parcial – não se planeja, projeta-se.

Na realidade, o pós-modernismo rompe com a idéia de que

...o planejamento e o desenvolvimento devem concentrar-se em planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada (...). Como é impossível comandar a metrópole exceto aos pedaços, o projeto urbano (...) deseja somente ser sensível às tradições vernaculares, às histórias locais, aos desejos, necessidades

e fantasias particulares, gerando formas (...) que podem variar dos espaços íntimos e personalizados ao esplendor do espetáculo, passando pela monumentalidade (Harvey, *op. cit.*, p. 69)

Neste rompimento ele também afasta-se dos objetivos sociais, tão caros aos modernistas. Seus objetivos e princípios são estéticos e a sua estética é a da diversidade.⁴

A necessidade de criação de ambientes urbanos diversificados leva à produção e consumo do “capital simbólico” que além de comunicar distinções sociais, porque símbolo de *status*, é, também, veículo ideológico.

Ainda de acordo com Harvey, o “capital simbólico” só se mantém como capital se a moda o sustentar e, é possível, estabelecendo-se esta ligação, entender vários fenômenos urbanos como a gentrificação (reocupação de áreas degradadas e requalificadas por camadas médias urbanas em substituição aos antigos moradores, “expulsos” após a intervenção): a própria reabilitação de paisagens urbanas; o resgate da memória urbana (“real, imaginária ou reproduzida como *pastiche*”).

As intervenções de reabilitação, revitalização, redesenvolvimento, inserem-se na prática dos projetos urbanos e têm na sua origem processos particulares de deterioração de determinadas áreas da cidade que acabam por ameaçar sua vitalidade e a viabilidade dos investimentos realizados – trata-se então de resgatá-las para o capital.

Elas também encontram justificativas na necessidade de criação de imagens positivas, de qualidade, diferenciadoras, como “...meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (...) de competição interurbana e de empreendedimentismo urbano intensificados”. (Idem, p. 92)

No entanto, elas podem, também, fazer parte da resistência frente à homogeneização, à fragmentação, na escala local, na qual o indivíduo em sua relação com o espaço constrói lugares.

CONSTRUINDO A NOÇÃO DE LUGAR

Pensar o lugar hoje é uma necessidade na medida que ele é a existência espacial concreta da existência social, em um mundo que tende a encolher-se em função do desenvolvimento técnico-científico, principalmente do desenvolvimento e transmissão da informação. Entendê-

lo, no interior do processo de mundialização, de globalização, em seu conteúdo e significado é uma imposição. (Santos, 1997)

Carlos (1996) chama a atenção para o fato de que as discussões acerca da globalização evidenciam as novas relações espaço/tempo. Discordando de autores que vêem nesse processo a anulação do espaço, afirma que o que se observa na realidade é que "... o desenvolvimento das comunicações tornou o espaço contínuo..." possibilitando a diminuição do tempo de percurso e não a abolição do espaço, já que os fluxos materiais e imateriais continuam a percorrer distâncias em espaço concreto. (Idem, p. 28). E é o espaço, nesse processo, que vai desempenhar o papel de articulador entre o local e o mundial.

Segundo Santos (1997, p. 252) "Cada lugar é, à sua maneira, o mundo". Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso em uma comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. Ou seja, o mundial realiza-se no local, existe nele e, apesar da tendência de homogeneização que isso traz, este último guarda suas particularidades, individualidades⁵.

O lugar enquanto base de reprodução da vida, é o articulador entre o local e sua especificidade concreta e a mundialidade em constituição (Carlos, op. cit., p. 16). Convivem no lugar a fragmentação⁶ do espaço do indivíduo, da cultura, que têm origem no mundial, e a construção de significados, sentidos e de identidade que se realiza no plano local.

O lugar é o local onde se desenvolve a vida. "É o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (...) é o bairro, é a praça, é a rua (...) vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos." (Idem, p. 21). Ele é portanto, finito, real, concreto.

O lugar define-se a partir da identidade que vincula o homem ao local onde a vida processa-se.

Mas como apreender o lugar?

Santos (1997, p. 252) aponta o cotidiano, uma categoria da existência, como uma das possibilidades de investigação do mundo vivido.

No cotidiano revelam-se as situações vividas, a rede de significado e sentido, resultantes da história, da cultura.

Refletindo sobre lugar e cotidiano, Santos (Idem, p. 258) introduz a

discussão sobre cooperação e conflito, organização e espontaneidade. Ele afirma:

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Cotidianamente, vive-se a racionalidade instrumental e a resistência.

O LUGAR METRÓPOLE E O LUGAR NA METRÓPOLE

A metrópole é considerada a manifestação concreta mais característica do mundo moderno. "...um centro onde a vida flui com incrível rapidez, o que impõe um ritmo alucinante e a banalização de tudo como produto direto do processo de homogeneização (...) O ritmo da metrópole é aquele da velocidade contínua, de uma anamorfose que faz da fugacidade um espetáculo de imagens sem sentido". (Carlos, *op. cit.*, p. 56)

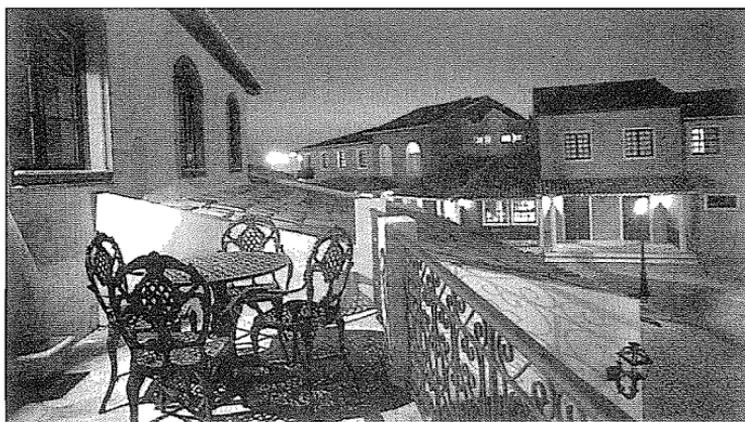
No espaço (urbano), a fragmentação evidencia-se na mercantilização do solo, nas formas de uso diferenciadas (formas de apropriação para o trabalho, para o habitar, para o consumo etc.), na desigualdade de apropriação de frações urbanas pelas diversas classes sociais. Além disso, na metrópole, a fragmentação produz o movimento de atração/expulsão da população do centro para a periferia e desta para o centro e a multiplicidade de centros, que para Lefebvre, citado por Carlos situa-se no interior do processo de implosão / explosão da cidade onde o centro permanece como *locus* da gestão, administração etc., mas assiste à constituição de novos centros⁷. Carlos considera que o polinucleamento

...tende a dissipar a consciência urbana na medida em que o habitar a metrópole tem um sentido diverso, mudando hábitos e comportamentos, bem como formas de apropriação do espaço público, além da dissolução de antigos modos de vida e relações entre as pessoas. Bairros inteiros foram descaracterizados ou mesmo destruídos pelas necessidades de expansão desenfreada proveniente da acumulação de capital que reproduz o espaço metropolitano mudando referenciais e comportamentos. (Idem, p. 58)

A cidade deixa de ser lugar da festa⁸, desaparecem as brincadeiras de rua, as conversas na calçada, as relações de vizinhança. O encontro e os marcos urbanos, os referenciais, que participam da constituição da relação habitante – identidade – lugar, são destruídos. A cidade enclausura-se, burocratiza-se, emudece-se. Estas transformações muito rápidas levam ao estranhamento, no sentido oposto ao de reconhecimento.

A noção de não-identidade, não-lugar e identidade abstrata⁹ complementam a idéia de estranhamento.

Fig. 5. Espaço produzido pela indústria do turismo – Vila Nova da Praia – recriação de um vilarejo nordestino no Resort Costa do Sauípe, Bahia.



Fonte: Revista Veja, n. 42, outubro 2000, p. 83.

Com base em Auge, Carlos esclarece que os exemplos mais característicos de não-lugar, são aeroportos, supermercados, estações ferroviárias etc., que são "lugares de passagem e de não-fixação", marcados por vivências solitárias. O não-lugar relaciona-se à noção de passagem, de não-relação e não-identidade.

Cavalcanti discute uma outra noção – a de deslugar. Ela explica que atualmente, já não é mais possível compreender o lugar-familiar sem tomar-se em conta o deslugar – o espaço não-familiar. Eles são conceitos opostos mas complementares e devem ser considerados na "relação dialética entre local e global". Em um mundo cambiante, em que o "mundo inteiro pode estar em um único lugar", a autora pondera que "o que é familiar também pode ser estranho e vice-versa", e exemplifica

A língua inglesa, os restaurantes típicos internacionais, os *shopping centers*, os hábitos de consumo, de lazer, de rotina, instrumentos tecnológicos, como o computador, são exemplos de coisas familiares, mas não porque surgiram nos lugares, mas porque foram "colocados" no ambiente local pela experiência global compartilhada. Em determinados contextos, observa-se que as pessoas são levadas a familiarizar-se com estruturas, hábitos, eventos, objetos "globalizados", não porque deles participem ou usufruam. (...) mas apenas porque "convivem" com eles cotidianamente, sem que façam parte de fato de sua experiência (1998, p. 93).

Se a metrópole está pontilhada de não-lugares, já que é também característica dela o anonimato, o individualismo e o desenraizamento do outro, ou, ainda, de deslugares, ela também é constituída de um sem número de lugares que resistem à homogeneização e à normatização; fala-se inclusive não de um lugar único e sim da articulação de lugares.

Em contraposição à tendência de homogeneização presente nas grandes cidades, em movimento contrário, constata-se que a multiplicidade de práticas sociais e o modo de apropriação criam espaços diferenciados física e socioculturalmente.

Estes espaços constituem-se "lugares" na medida em que as particularidades, exibidas enquanto marcas e traços deixados por gerações nos espaços específicos, são capazes de despertar o sentimento de "pertencer a algum lugar".

Se o lugar define-se pela relação qualificada entre habitante e espaço, caracterizada pela familiaridade, intimidade, identidade, o seu reconhecimento não se dá no plano da metrópole, em sua escala territorial. Enquanto plano do vivido ele tem um caráter local e pode ser apreendido no bairro (Carlos, *op. cit.*, p. 74) e na rua¹⁰. Segundo Carlos, no bairro produzem-se as redes de vizinhança que "produzem e estabelecem identidades: o bairro é o local da casa, do mercado, do centro cultural, do centro de serviços, das áreas de lazer, de trabalho que permeadas pelas relações de imediatividade atribuem conteúdo e significado aos espaços, transformando-os em lugares. Em outro momento, Carlos (Idem, p. 21) aponta claramente o bairro como território adequado ao estudo do cotidiano e à identificação do lugar. Para Carlos, o bairro é "... um espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas... São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida

onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem apropria-se e que vão ganhando o significado dado pelo uso."

Sobre a rua Carlos afirma "... há um mundo que se revela nas ruas da metrópole." (...) A rua se coloca como dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico (...) ou ainda "...na rua se tornam claras as formas de apropriação do lugar e da cidade, e é aí que afloram as diferenças, e as contradições que permeiam a vida cotidiana, bem como as tendências de homogeneização e normatização impostas pela estratégia do poder que subordina o social." (Idem, p. 85-86).

Fig. 6. Apropriação dos espaços públicos em bairros de Goiânia.
6.1. Praça Boaventura – "Feira da Marreta" nas manhãs de domingo, Vila Nova. 6.2. 9.^a avenida - espaço da feira livre, Vila Nova. 6.3. e 6.4. Uso da rua no Bairro Feliz.



Fonte: 6.1 e 6.2. - Sandra C. Silva, 1991. 6.3 e 6.4. - Anna Paula M. Santana, 1995.

A rua apresenta-se em múltiplas dimensões: enquanto resultado de apropriações, as ruas podem ser locais de passagem, de troca, de reivindicação, de morar, de realização da mercadoria, de reunião de gangues, de encontros;

enquanto expressão de processos sociais que definem áreas sociais específicas, elas evidenciam a hierarquia espacial (produto da hierarquia social), ou a existência de guetos; e, enquanto veículo de normatização do cotidiano, elas evidenciam a subordinação da vida ao mundo da mercadoria, (onde os contratos são mediados pela troca e os hábitos, costumes, formas de uso, comportamentos padronizam-se, homogenezam-se), e à estratégia de poder, que se realiza através das instituições (que regulam e regulamentam a vida na cidade, estabelecendo repressões, coações e pressões de todos os níveis) (Idem, p. 96). É, portanto, no lugar que a vida pode ser vivida.

Fig. 7. As ruas no Centro de Goiânia. 7.1 e 7.2. Apropriações diversas do "calçadão" da avenida Goiás – os usos para o descanso, o encontro e para o comércio informal, delimitados fisicamente pela pista exclusiva de ônibus da avenida Anhangüera. 7.3. Apresentação de capoeira na Rua do Lazer. 7.4. Av. Anhangüera – local de passagem.



Fonte: Maria Diva Araujo, 2000.

... A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Tomando a cidade contemporânea como referência, é possível

afirmar, então, a existência/convivência de uma multiplicidade de lugares e deslugares. Nela, existem "mundos no plural". Isso não é pós-modernismo?

De uma certa forma essa explosão de lugares e deslugares está também relacionada à acentuação da efemeridade e da volatilidade, na sociedade "pós-moderna", que exalta as virtudes da instantaneidade criando a "sociedade do descartê". Tudo pode ser "jogado fora" – valores, estilos de vida, edifícios e, por que não, lugares.

A volatilidade é garantida pela manipulação do gosto e da opinião, principalmente através da criação de novos sistemas de signos e imagens.

Na dimensão espacial eles podem estar relacionados ao esforço de forjar imagens distintivas, criar ambiências de lugar e de tradição, ou seja, "produzir" lugares dotados de qualidades espaciais diferenciadas. A revitalização, o redesenvolvimento de áreas presta-se muitas vezes a isso. Através dos projetos urbanos criam-se imagens muito atrativas ao capital.

Expondo as questões desta maneira pode ficar a impressão de que prevalece na cidade o simulacro e o deslugar. No entanto, existe um movimento oposto, de resistência. O "mergulho no turbilhão da efemeridade" impulsiona a busca de sentidos mais "eternos" e isso só acontece no plano local. O indivíduo forja a partir da relação com o espaço, a sua identidade, o lugar.

E o lugar/ deslugar pode existir em uma paisagem moderna (cidades modernistas, conjuntos habitacionais, setores monofuncionais) ou pós-moderna (áreas revitalizadas, *shopping center*, avenidas espetacularizadas com suas vitrines e anúncios de néon). Não isoladamente, mas justapostas, superpostas, "coladas", ou "fundidas", em razão de sua "transtemporalidade".

Isso faz do ato de imaginar, pensar e planejar a cidade hoje um desafio. Se, por um lado, fica cada vez mais claro que o cotidiano e o lugar são basilares para nossa compreensão do mundo porque está neles, em sua luta pela sobrevivência, no mundo globalizado, a garantia da singularidade, da individualidade e da construção da identidade, por outro, já não está tão claro que a solução para a ação esteja apenas no projeto urbano, na intervenção pontual, na esfera sem crítica da diversidade estetizante.

Este é o desafio, encontrar um caminho que não abdique da totalidade e muito menos do lugar quando da investigação e produção de conhecimento sobre a cidade e, ao mesmo tempo, um caminho que consiga de fato

estabelecer a relação necessária entre planejamento e projeto, no processo de concepção e intervenção urbana.

NOTAS:

1. Vicente Del Rio identifica quatro modelos urbanísticos de intervenção nos centros urbanos: 1) o de embelezamento e do saneamento; 2. o da cidade modernista; 3) o da preservação histórica e do conservacionismo e. 4) o da revitalização urbana. No modelo da cidade modernista destacam-se as ações de renovação urbana que têm como eixo norteador a “negação dos espaços e elementos tradicionais” “confusos e obsoletos” e do “caótico tecido urbano”. Realizam-se operações de substituições radicais do ambiente construído para sua adaptação à vida moderna. (1993, p. 56).

2. Harvey compreende o fordismo como o período correspondente à expansão do capitalismo no pós-guerra e delimita-o temporalmente entre 1945-1973, quando tem início o segundo período, marcado pela crise e reestruturação desse sistema.

Evidentemente a datação de períodos não pode ser muito rígida e depende da abordagem adotada. Ianni (1999), por exemplo, toma como marcos os anos de 1985 e de 1989, quando se iniciaram as reformas na União Soviética e ocorreu a queda do Muro de Berlim, respectivamente, abrindo novas fronteiras para a expansão do capitalismo e a emergência da sociedade global ou de um mundo em que o capitalismo atinge de fato uma escala global.

3. Esta é uma referência ao livro de Robert Venturi, Steve Izenour e Denise Scott Brown, *Aprendiendo de Las Vegas*, que trata justamente do simbolismo na arquitetura e da necessidade de mudança de atitude dos arquitetos diante do gosto comum, do “ordinário”.

4. Sobre esta questão ver também o texto *Urbanismo em Fim de Linha* de Otília Beatriz Fiori Arantes.

5. O desenvolvimento das técnicas e comunicações tendem a homogeneizar a sociedade, reproduzindo padrões éticos, estéticos, valores etc., destruindo referências próprias e a memória social. Em um movimento contrário, de

resistência, as particularidades são traços, marcas concretizadas por essa sociedade que "...produz seu espaço, determina ritmos de vida, os modos de apropriação, expressando sua função social, seus projetos e desejos". (Carlos, 1996, p. 17).

6. Para Milton Santos (1997), globalização e fragmentação tomam parte de uma realidade tensa e instável. Carlos (1996, p. 57 - 58) discute a fragmentação em dois planos: o do indivíduo e o do espaço. A fragmentação no plano da sociedade (e do indivíduo) pode ser identificada na dissolução das relações sociais que altera a relação entre os homens e destes com os objetos e na homogeneização que a tudo pasteuriza; no plano do espaço, ela sustenta a soberania da troca em detrimento do uso, gerando apropriações diferenciadas por estratos diferenciados, provocando o estranhamento através da perda de referência.

7. Lefèbvre acrescenta ainda as cidades-satélites como parte do processo de explosão da cidade.

8. Ramos, apoiando-se em Lefèbvre, faz a distinção entre a cidade enquanto obra e enquanto produto: "...a cidade tem uma origem histórica enquanto lugar da festa, lugar do encontro (...). A cidade, nesse sentido, tem a ver com a obra, é uma obra humana (...). Com o advento do capitalismo, a obra dá lugar ao produto e a cidade, no sentido de comunidade e de arena, tende a desaparecer". (1998, p. 15)

9. Este fenômeno é típico nos espaços produzidos pela indústria do turismo e pela transformação do lazer na sociedade globalizada. Aqui o lazer deixa de ser uma atividade espontânea e original. É cooptado pela sociedade de consumo, dando origem a uma nova atividade produtiva – a indústria do turismo que transforma o espaço em cenário artificializado. O espaço produzido (ou transformado) pelo turismo é homogêneo, controlado, excludente, com ausência de identidade. O espaço é reconhecido exteriormente, através da propaganda; não se estabelecem vínculos, tudo é fugaz.

10. Sobre a rua ver *A Rua: Espacialidade, Cotidiano e Poder*. Ana Fani. A. Carlos, 1996, p. 85-102.

MODERNIDADE: A CIDADE TEM SEU LUGAR

Resumo: O texto discute centralmente a modernidade e o modernismo e o pós-modernismo como suas respostas culturais, teóricas, políticas, ideológicas à modernização socioeconômica. Mas, esta discussão privilegia a cidade e efetiva-se em dois eixos: primeiro, buscando evidenciar as maneiras de conceber, pensar e planejar a cidade e de intervir nela; e, segundo, trabalhando a noção de lugar como uma categoria importante para iluminar as reflexões sobre a cidade hoje.

Unitermos: Modernidade; Modernismo; Pós-modernismo; Cidade; Lugar.

MODERNITY: THE CITY HAS ITS PLACE

Abstract: The central part of the text is modernity, modernism and post-modernism with their various cultural theoretical, political, ideological answers to sócio-economic modernization. This discussion highlights the city and is carried out in two manners. Firstly, seeking to make clear the methods of understanding, thinking about and planning a city, and also intervening in it. Secondly, studying the idea of place as an important category to illuminate reflections about cities today.

Keywords: Modernity; Modernism; Post-modernism; City; Place.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, O. B. F. Urbanismo em Fim de Linha. *Revista Ciência & Ambiente*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Ijuí: Ed. UNIJUÍ. Ano IV, n. 7, jul./dez., 1993.
- BERMAN, M. *Tudo o que É Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CAMACHO, M. Turista bem Tratado. *Revista Veja*, São Paulo, ed. 1671, ano 33, n. 42. 18 out. 2000, p. 82-84.
- CARLOS, A. F. A. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAVALCANTI, L. S. *Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos*. Campinas – SP: Papirus, 1998.
- DEL RIO, V. Revitalização de Centros Urbanos: O Novo Paradigma de Desenvolvimento e seu Modelo Urbanístico. *Pós-Revisa do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*. São Paulo: Comissão de Pós-Graduação FAU-USP, n. 4, jul./dez., 1993.
- FEATHERSTONE, M. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- GOMES, P. C. C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GÖSSEL, P., LEUTHÄUSER, G. *Architectura no Século XX*. Lisboa: Taschen, [1996?].
- GOTTDIENER, M. *A Teoria da Crise e a Reconstrução Sócio-Espacial: o caso dos Estados Unidos*. In: VALADARES, L.; PRETECEILLE, E. (coord.). *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. São Paulo: Nobel / IUPERJ, 1990.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- IANNI, O. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- JAMESON, F. *Pós-Modernismo – A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- KOHLSDORF, M. E. *Breve Histórico do Espaço Urbano como Campo Disciplinar*. In: FARRET, R. L. et al. *O Espaço da Cidade – contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto, 1985.

LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1992.

MONTANER, J. M. *Después del Movimiento Moderno*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli. AS. 1995.

RAMOS, M. E. *Espaço Urbano e Modos de Vida – Um estudo de caso sobre lazer e modos de vida em Goiânia*. 1998. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/UFG, Goiânia.

RELPH, E. *A Paisagem Urbana Moderna*. Rio de Janeiro: Edição 70. 19990.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOJA, E. W. *Geografias Pós-Modernas - a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.

VENTURI, R., IZENOUR, S. e BROWN, D. S. *Aprendiendo de Las Vegas*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1998.